

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE no TJPI

Iniciativa Estratégica

Implantação do Processo Judicial Eletrônico – PJe

Gestor da Iniciativa

Nome	E-mail	Celular (whatsapp)
Julio Cesar Menezes Garcez	jcgarcez@tjpi.jus.br	99459-2606

Gerente da Iniciativa

Nome	E-mail	Celular (whatsapp)
Sávio Mota Carneiro	savio.mota@tjpi.jus.br	99924-1474

Equipe

Nome	E-mail	Celular (whatsapp)
Antonio Francisco Gomes de Oliveira	antonio.oliveira@tjpi.jus.br	99944-3724
Antonio Waldo Divino Júnior	waldo.junior@tjpi.jus.br	99973-9592
Bruno Leal de Moraes Brito	bruno.leal@tjpi.jus.br	99932-4465
Leandro Rodrigues Sampaio	leandro.sampaio@tjpi.jus.br	99835-2220
Gleydson Vilanova Viana Coelho	gleydson.vilanova@tjpi.jus.br	99434-5011

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJ-e)

1 Escopo

Esta iniciativa visa a efetivação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça do Piauí através do sistema PJ-e do Conselho Nacional de Justiça. Neste sentido, busca estruturar o TJPI nas questões de infraestrutura tecnológica (equipamentos e links de comunicação) e de formação de equipe dedicada e capacitada para implantação, manutenção, treinamento, suporte e expansão do sistema.

O projeto tem como premissas:

- Apoio da alta administração;
- Cooperação técnica com o CNJ;
- Disponibilidade de *links* de comunicação suficientes para o sistema;
- Parcerias com outros tribunais;
- Realização de treinamento para os servidores e magistrados;
- Terceirização do suporte de 1º nível;
- Todos os equipamentos necessários para utilização do sistema (certificados digitais, estações de trabalhos, *scanners*, pontos lógicos e elétricos).

NÃO compõem o escopo desse projeto:

- Adequações ou personalizações no sistema que exijam mudanças no código fonte;
- Uso do sistema em processos de classes criminais;
- Instalação do sistema no Data Center do TJPI.

O projeto busca ainda trabalhar o desafio relacionado à mudança de cultura organizacional onde os processos deixam de existir no mundo físico e passam a estar disponíveis apenas através do sistema.

2 Alinhamento Estratégico

A iniciativa tem como principal alinhamento o macrodesafio “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”. Todavia, tem reflexos em todos os outros.

3 Público Alvo

Presidência, Corregedoria, Unidades Judiciárias, Sociedade.

4 Partes Interessadas ou Envolvidas

Presidência, Corregedoria, Comitê Gestor da Estratégia, Stic, Sociedade.

5 Justificativa

A adoção da Tecnologia da Informação como forma de modernização da administração e das rotinas de trabalho no Judiciário ganhou importância na última década no Brasil, impulsionada pela Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) liderou um movimento que concentrou esforços para o desenvolvimento de um Sistema de Informação capaz de atender plenamente às necessidades do Poder Judiciário.

Como resultado, em 21 de julho de 2011, o Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi lançado e em 18 de dezembro de 2013, através da Resolução 185, foi instituído como ferramenta de processamento de informações e prática de atos processuais oficial do Poder Judiciário Nacional, tornando **obrigatória sua utilização por todos os órgãos do Poder Judiciário**.

6 Objetivo

Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas Comarcas de entrâncias final e intermediária por ordem de maior demanda (exceto varas criminais) desenvolvendo os recursos estruturais e de pessoal necessários para viabilizar a expansão do sistema para todo o estado.

7 Metodologia

O projeto será dividido em etapas que serão executadas por equipes multidisciplinares compostas por servidores efetivos e terceirizados conforme segue:

1. Realização de Termo de Cooperação Técnica com o CNJ para hospedagem do sistema;
2. Instalação do sistema (Data Center do CNJ);
3. Capacitação da equipe técnica;
4. Configuração e parametrização do sistema;
5. Modelagem e implantação dos fluxos do TJPI;
6. Implantação da unidade piloto (Juizado Especial da Fazenda Pública de Campo Maior);

7. Capacitação de magistrados e servidores da capital;
8. Capacitação de multiplicadores dos órgãos externos (OAB, MP, Defensoria Pública);
9. Formação e capacitação da equipe de suporte para atendimento de 1º nível;
10. Aquisição e distribuição de Certificados Digitais;
11. Adequação das unidades jurisdicionais da capital (secretaria, gabinete, sala de audiência e sala de apoio ao jurisdicionado);
12. Elaboração Normativo para regulamentação do PJe;
13. Implantação da classe “homologações de acordo” nas Varas de Família de Teresina;
14. Capacitação e servidores multiplicadores;
15. Implantação do PJe no CEJUSC;
16. Implantação de todas as classes processuais nas Varas de Família de Teresina e da natureza Fazenda Pública em Campo Maior;
17. Implantação natureza Família na Comarca de Campo Maior;
18. Implantação nas Varas da Fazenda Pública de Teresina e da natureza Civil em Campo Maior;
19. Implantação nas Varas Cíveis de Teresina e na Comarca de Floriano (todas as naturezas, exceto criminal);
20. Adequação da infraestrutura das comarcas em consonância com o Plano de Ação (item 9);
21. Capacitação dos servidores e magistrados de acordo com o Plano de Ação (item 9);
22. Implantação nas comarcas de entrância final e nas de entrância intermediária com maior demanda em todas as naturezas, exceto criminal;

8 Produto(s)

Produto	Unidade de Medida
Unidade Piloto	Unidade (1)
Sistema implantado nas Varas de Família de Teresina	Unidade (6)
Sistema implantado nas Varas da Fazenda Pública de Teresina	Unidade (4)
PJe implantado no CEJUSC	Unidade (1)
Sistema implantado nas Varas Cíveis de Teresina	Unidade (10)

Sistema implantado nas Varas da Infância e Juventude de Teresina	Unidade (2)
Sistema implantado nas comarcas de entrância final e nas de entrância intermediária seguindo a ordem de maior demanda.	Unidade (-)

9 Plano de Ação

ITENS	ENTREGA/AÇÃO/TAREFA	RESPONSÁVEL	MÊS INÍCIO	MÊS FIM
1	Treinamento em Fluxos Processuais	TJMG	04/2016	04/2016
2	Implantação da unidade Piloto em Campo Maior (Juizado Especial da Fazenda Pública)	Equipe PJe	05/2016	05/2016
3	Treinamento nas ferramentas de infraestrutura da aplicação (JBoss e PostgreSQL)	CNJ	07/2016	07/2016
4	Implantação da classe “homologações de acordo” nas Varas de Família de Teresina	Equipe PJe	08/2016	08/2016
5	Implantação do PJe no CEJUSC	Equipe PJe	08/2016	09/2016
6	Implantação de todas as classes nas Varas de Família de Teresina	Equipe PJe	09/2016	09/2016
7	Implantação na Comarca de Oeiras *	Equipe PJe	10/2016	10/2016
8	Implantação nas Varas da Fazenda Pública de Teresina	Equipe PJe	11/2016	11/2016
9	Implantação nas Varas Cíveis de Teresina	Equipe PJe	01/2017	01/2017
10	Implantação da natureza Família, Fazenda Pública (comum) e Cível em Campo Maior	Equipe PJe	02/2017	02/2017
11	Implantação nas Comarcas Piri-piri e José de Freitas *	Equipe PJe	03/2017	03/2017
12	Implantação na Comarca de Parnaíba *	Equipe	04/2017	05/2017

		PJe		
13	Implantação na Comarca de Picos e Floriano *	Equipe PJe	06/2017	07/2017
14	Implantação nas Varas da Infância e Juventude	Equipe PJe	07/2017	07/2017
15		Equipe PJe	08/2017	08/2018
16		Equipe PJe	09/2017	09/2017
17		Equipe PJe	10/2017	10/2017
18		Equipe PJe	11/2017	11/2017
19		Equipe PJe	12/2017	12/2017
20		Equipe PJe	01/2018	01/2018
21		Equipe PJe	02/2018	02/2018
22		Equipe PJe	03/2018	03/2018
23		Equipe PJe	04/2018	04/2018
24		Equipe PJe	05/2018	05/2018
25	Adequação da infraestrutura das comarcas do interior **	Equipe PJe	De acordo com a agenda de implantação	
26	Capacitação dos servidores e magistrados das comarcas do interior;	Equipe PJe	De acordo com a agenda de implantação	

* Todas as naturezas, exceto criminal.

** Inclui instalações elétricas e de rede, mobiliário e equipamentos de informática. Deve ser um trabalho conjunto da Engenharia e STIC e executada de forma coordenada para viabilizar as implantações do sistema.

10 Custos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR (R\$)		ANO
			UNIT.	TOTAL	
1	Adequação da infraestrutura física das comarcas *		Iniciativa “Revisão e Execução do Plano de Obras”		
2	Adequação de equipamentos *		Iniciativa “Ampliação e Atualização do Parque Tecnológico do TJPI”		
3	Treinamentos de servidores do interior **		Iniciativa “Elaboração e Execução do Plano de Capacitação dos Magistrados e Servidores Orientado para Resultados”		

* Estes itens precisam estar previstos nas iniciativas indicadas para evitar que custos sejam duplicados.

** A equipe será composta por, pelo menos, três pessoas (1 instrutor, 1 técnico e 1 motorista).

11 Plano de Comunicação

PLANO DE COMUNICAÇÃO				
Evento	Quem organiza	Quem recebe/participa	Periodicidade	Mídia
Matérias diversas sobre o Projeto	Imprensa TJPI, CGJ, SEPLAN, Imprensa Local	Agentes Internos e Externos, CNJ, Sociedade	Mensal	Sítio do TJPI, CGJ, Portal da Estratégia, E-mail, Portais de Notícia, TV

12 Gestor do Projeto

Nome	Cargo	
Júlio Cesar Menezes Garcez	Juiz de Direito	
Telefone	Endereço Eletrônico	Lotação

99459-2606	jcgarcez@tjpi.jus.br	Corregedoria
------------	----------------------	--------------

13 Gerente do Projeto

Nome	Cargo	
Sávio Mota Carneiro	Analista de Sistemas/Desenvolvimento	
Telefone	Endereço Eletrônico	Lotação
99924-1474	savio.mota@tjpi.jus.br	STIC

14 Equipe do Projeto

Equipe			
Nome	E-mail	Fone	Cargo/ Lotação
Antonio Francisco Gomes de Oliveira	antonio.oliveira@tjpi.jus.br	99944-3724	Juiz de Direito/ Presidência
Antonio Waldo Divino Júnior	waldo.junior@tjpi.jus.br	99973-9592	Analista de Sistemas/STIC
Bruno Leal de Moraes Brito	bruno.leal@tjpi.jus.br	99932-4465	Analista de Sistemas/STIC
Leandro Rodrigues Sampaio	leandro.sampaio@tjpi.jus.br	99835-2220	Analista Judiciário/ Corregedoria
Gleydson Vilanova Viana Coelho	gleydson.vilanova@tjpi.jus.br	99434-5011	Analista de Sistemas/STIC

15 Aprovação do Projeto

Recebido pela	Data	Assinatura
Seplan		
Revisado pela	Data	Assinatura
Seplan	03/08/2016	
Aprovado pelo	Data	Assinatura
Comitê Gestor da Estratégia		